

Maria Patrícia Lopes Goldfarb
Marcos Toyansk
Luciana de Oliveira Chianca



CIGANOS

olhares e perspectivas

Direitos autorais 2019 – Editora UFPB

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Todos os direitos reservados à Editora UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

Projeto Gráfico
Editoração Eletrônica
e Projeto da Capa
Imagem da Capa

Editora UFPB

Ana Gabriella Carvalho

Cleiton Machado Maia

Catálogo na Publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C571 Ciganos : olhares e perspectivas / Maria Patrícia Lopes Goldfarb, Marcos Toyansk, Luciana de Oliveira (organizadores). - João Pessoa : Editora UFPB, 2019.
442 p. : il.
ISBN 978-85-237-1393-5
1. Costumes e tradições - Ciganos. 2. Identidade cigana. 3. Ciganos - Brasil.
I. Goldfarb, Maria Patrícia Lopes. II. Toyansk, Marcos. III. Oliveira, Luciana de.
IV. Título.

UFPB/BC

CDU 39 (214.58)

EDITORA UFPB Cidade Universitária, Campus I, Prédio da Editora Universitária, s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
<http://www.editora.ufpb.br>
E-mail: editora@ufpb.br
Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à:

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

8 O “Dia Nacional do Cigano” no Brasil: espaços simbólicos, estereótipos e conflitos em torno de um novo rito do calendário oficial⁸⁰

Felipe Berocan Veiga

Marco Antonio da Silva Mello

*“Celui qui vient du dehors et qui apparaît
comme l’inconnu menaçant doit donc se faire connaître”.*

(Marie-Françoise Baslez)⁸¹

Um dia para os ciganos

Os ciganos são a minoria étnica mais vulnerável à discriminação nos 27 Estados-membros da União Européia, de acordo com agências internacionais. Considerados *hóspedes indesejados* em diferentes países e continentes, os ciganos convivem secularmente com o preconceito, a estigmatização e a exclusão, sobretudo por sua recalcitrante mobilidade e por seu modo de vida particular. Nos mais variados contextos nacionais, os ciganos se distinguem como um dos raros povos que entra na modernidade rejeitando o formato estatal e as ideias de território e fronteira.

80 Originalmente, este trabalho foi apresentado no *Colloque International Migrations et Dynamiques Urbaines: ‘exotisation’ des populations et ‘folklorisation des espaces’*, realizado no CRBC-EHESS (Paris, Dez/2011).. Agradecemos aos colegas pesquisadores Marc Bordigoni (IDEMEC-MMSH), Mônica Raisa Schpun (CRBC-EHESS) pelo apoio e incentivo e aos ativistas ciganos Mio Vacite (União Cigana do Brasil), Antônio Guerreiro de Faria (UniRio) e Claudio Iovanovichi (APRECI-PR) pelo diálogo profícuo sobre o tema.

81 “Aquele que vem de fora e que aparece como desconhecido ameaçador deve, portanto, se fazer conhecer”.

Apesar dos “golpes da animosidade” e do “abraço forçado da assimilação”,⁸² são cada vez mais expressivos os movimentos dos ciganos, tanto na Europa quanto no Brasil, de luta por reconhecimento. Nesse novo cenário, vêm sendo propostas políticas públicas de inclusão da minoria, como atestam os recentes esforços governamentais com o objetivo precípua de responder às suas demandas e dar conta de suas especificidades culturais. Entretanto, esse tem sido um desafio nem sempre levado a bom termo pelo Estado brasileiro, diante das dificuldades em lidar com os ciganos, tal como manifestaram, em mais de uma oportunidade, os agentes da burocracia estatal.

Medidas contra a discriminação dos ciganos vêm sendo discutidas e adotadas, buscando compreender a complexidade de sua inserção no mundo dos *gadje* (ou seja, dos não-ciganos) e promover ações positivas no combate ao racismo, à pobreza e à desigualdade; sobretudo, no que diz respeito aos direitos de estacionar, de fazer acampamento ou acantonar-se, de estabelecer “pouso” e, ao mesmo tempo, de ter acesso aos serviços públicos sem dispor de endereço fixo. Diante das instituições do Estado, a reivindicação de direitos básicos à educação, à saúde, à habitação, ao trabalho, à justiça e à cidadania plena fornece um interessante quadro de análise para a antropologia política, no caso particular dos ciganos.

Em 25 de maio de 2006, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou importante decreto instituindo o *Dia Nacional do Cigano* no Brasil. O estabelecimento, pelo Governo Federal, do dia 24 de maio como data comemorativa inscrita no calendário oficial republicano integrou uma série de medidas destinadas especificamente a essa minoria étnica, recentemente adotadas pelas Secretarias Especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República. O decreto foi publicado no Diário Oficial da União nos seguintes termos:

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CASA CIVIL - SUBCHEFIA
PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Decreto de 25 de Maio de**

82 Conforme expressões utilizadas em COUTINHO, 2011.

2006: Institui o Dia Nacional do Cigano. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso II, da Constituição, **DECRETA**: Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Cigano, a ser comemorado no dia 24 de maio de cada ano. Art. 2º As Secretarias Especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos da Presidência da República apoiarão as medidas a serem adotadas para comemoração do Dia Nacional do Cigano. Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 25 de maio de 2006; 185º da Independência e 118º da República. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. (BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto de 25 de Maio de 2006. Institui o Dia Nacional do Cigano (DOU, 26/05/2006, Seção 1, p. 4).

Juntamente com o decreto, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial Cigano (GTI Cigano), reunindo representantes de 12 ministérios, entre eles os da Saúde, Educação, Cultura, Cidades, Trabalho e Desenvolvimento Social. A premissa básica adotada pelo referido GTI era a de que as políticas públicas não davam conta das demandas específicas dos ciganos, sobretudo pela ausência de endereço domiciliar fixo em muitos casos e pelas dificuldades em obter documentos sem uma certidão de nascimento, configurando o chamado *sub-registro civil*. Além de estarem expostos à situação vexatória a que são submetidos pela polícia, com a violação dos acampamentos, a ausência de documentos vem dificultando ou mesmo impedindo o atendimento de ciganos no Sistema Único de Saúde (SUS), a matrícula e o ingresso nas escolas públicas e o acesso a direitos e benefícios sociais, como aposentadoria no sistema previdenciário e formas de crédito governamental.

A criação de uma efeméride singularizando os *ciganos* revelava um gesto positivo de reconhecimento público, destacando pela primeira vez sua importância na formação histórica e cultural da identidade nacional brasileira. Na ocasião da primeira celebração da data, em 24 de maio de 2007, um selo comemorativo foi lançado oficialmente no Salão Negro do Palácio da Justiça, diante de líderes

ciganos convidados, vindos de todas as regiões do Brasil, além de funcionários públicos de diversos ministérios, empresas estatais, secretarias e da imprensa reunida na ocasião.

Participamos da programação envolvendo não só o lançamento de um selo comemorativo da data, como também do anúncio de outras iniciativas ministeriais referentes às políticas de inclusão destinadas ao grupo – entre elas o *Prêmio Culturas Ciganas 2007 – Edição João Torres*,⁸³ pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SID/MinC). Com exceção dos dois antropólogos, os demais presentes à cerimônia constituíam a *entourage*, a pequena corte com a qual se apresentam em público e no exercício de suas funções os dignatários dos postos mais proeminentes dos quadros burocráticos do aparelho de Estado, com os quais voltaríamos a nos encontrar. Na oportunidade, foram feitos contatos com representantes dos ciganos *Rom* e *Calon*,⁸⁴ vindos do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia, de Goiás, de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Paraná.

Criada em 21 de Março de 2003, a SEPPIR surgiu com o propósito específico de promover ações afirmativas que pudessem reverter o histórico preconceito racial sofrido pela população negra, como forma de viabilizar as políticas de cotas, incrementar o apoio sistemático às comunidades quilombolas e ampliar os laços político-culturais Brasil-África. Na primeira comemoração do Dia Nacional do Cigano, a então Ministra Matilde Ribeiro afirmou publicamente que, ao assumir o cargo, não tinha ideia da complexidade das questões que estavam envolvidas quando se falava em grupos étnicos e minorias no Brasil. Em visita a Manaus em

83 João Torres foi um cigano preso em Portugal e degredado em 1574, por ordem do Rei D. Sebastião. É considerado na literatura o *primeiro cigano* a desembarcar oficialmente no Brasil, nos primórdios da colonização.

84 *A petite histoire* que os ciganos no Brasil contam sobre eles mesmos retoma usualmente as classificações da antiga ciganologia: os *Rom* (do Leste Europeu, que tem como subgrupos os *Kalderash*, os *Horahané* e os *Matchuaia*, entre outros), os *Sinti* ou *Manouche* (da França, Itália e Alemanha) e os *Calon* ou *Kalo* (oriundos da Península Ibérica), grupo presente desde o século XVI na história da colonização do Brasil. Essa hiper-simplificação, entretanto, está em conformidade, por um lado, com as disputas classificatórias; e, por outro, com o sentido genérico que a palavra “cigano” tem no Brasil, uma categoria englobante na qual todos se reconhecem, apesar dos custos sociais dessa identidade e dos significados negativos atribuídos ao termo.

2005, chegou a enfrentar protestos de ribeirinhos da Amazônia, reivindicando políticas de reconhecimento da identidade *cabocla* pela SEPPPIR. A ministra e seus assessores não imaginavam, pois, se deparar com uma feérica explosão das diferenças, diante do processo de redemocratização e da reconstituição dos movimentos sociais ensejados pela Constituição de 1988, chamada de “a constituição cidadã”.⁸⁵

Desse modo, além das demandas do movimento negro, diversas outras minorias e grupos étnicos buscaram a recém-criada SEPPPIR, atraídos pelo mote da “igualdade racial”. Entre eles, *judeus* e *ciganos*, povos degredados e discriminados há séculos na Europa e nas Américas;⁸⁶ *palestinos* e *chineses*, clamando por asilo político; e *pomeranos*, que conservaram aspectos do idioma e do estilo de vida da Alemanha rural novecentista, em pleno sul do Brasil. Esses grupos fizeram com que a SEPPPIR, por sua competência específica como Secretaria Especial diretamente ligada à Presidência da República, criada no quadro das demandas do movimento negro, repensasse sua agenda política e se visse compelida a expandir sua atuação para outros segmentos da sociedade.

Entre esses novos sujeitos políticos, no entanto, aqueles que mais desafiavam a imaginação dos formuladores das políticas públicas eram os ciganos. Traziam uma demanda qualificada e surpreendente, sobretudo por suas inusitadas formas de organização e de associação, por sua rápida capacidade de mobilização e por sua expressiva articulação internacional, de todo inesperada para o *staff* do

85 O Artigo 215 da Constituição Brasileira de 1988 assim estabelece: “§ 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais”. Esse dispositivo constitucional garante a celebração do *Dia do Índio* (19 de abril), do *Dia da Consciência Negra* (20 de Novembro) e, mais recentemente, do *Dia Nacional do Cigano* (24 de maio), passando a reconhecer formalmente esse grupo como segmento expressivo na formação da cultura brasileira.

86 Na literatura sociológica, judeus e ciganos estão frequentemente associados como *povos hóspedes* ou *Gastvölker*, tal como equaciona Max Weber em seus livros *O Judaísmo Antigo* e *O Budismo e o Hinduísmo*: “Da forma mais pura, [os *Gastvölker*] correspondem a esse tipo naturalmente quando, tal como os ciganos, e de outro modo os judeus da Idade Média, tenham perdido integralmente seu caráter autóctone e, portanto, se encontre entretecido totalmente, do ponto de vista econômico, na subsistência de outro povo autóctone. Eles exercem um trabalho suplementar desenraizado, sem mais nenhuma vinculação com o lugar. Um povo onde se cortaram todas as raízes e antigas pertinências” (WEBER, 1978, p. 12-13).

Ministério. Telefonemas de órgãos públicos e militantes políticos de diferentes países, nas mais diferentes línguas, passaram a exigir quadros cada vez mais qualificados da própria SEPPIR, transformada num verdadeiro *foyer d'appel* permanente e transnacional. Qualificação essa que ultrapassava em muito as competências técnicas do grupo ministerial ali então reunido.

Como se não bastasse, quando confrontados com a eventual proposição e implementação de medidas, agentes governamentais acostumaram-se a endereçar-se à figura emblemática do *representante*, daquele que fala em nome de todos, do líder que *representa* corporificando o interesse coletivo. Quando vêm para as *arenas públicas* (CEFAÏ, MELLO, MOTA & VEIGA, 2011), no entanto, se evidenciam as vigorosas clivagens, as segmentações e a significativa dispersão dos diferentes grupos ciganos, com sua profusão de redes em rizoma e alianças inesperadas, de estilos inusitados e oposições quase inconciliáveis na diferenciação interna dos grupos. Por vezes, a expressão dos sentimentos morais, a demanda por respeito e o clamor por reconhecimento cedem lugar às rivalidades cultivadas, divisadas no requinte dos traços diacríticos dos grupos e subgrupos, requerendo modos eficazes de administração e resolução dos conflitos nem sempre conhecidos dos *gadjé*.

Durante as conversações mantidas na SEPPIR, assessores e técnicos foram unânimes em explicitar as dificuldades encontradas no trato da questão, pois não dispunham dos indispensáveis subsídios para melhor conhecer o inquietante e até então fugidio universo no qual deveriam atuar no exercício da função pública e no cumprimento da agenda política consubstanciada na própria criação da Secretaria. Logo então se deparariam com outros problemas: aos conflitos internos pervasivos, vinham associar-se a precariedade e pouca confiabilidade das informações disponíveis sobre os ciganos no Brasil; a carência de dados qualificados sobre as características da população e sua distribuição no território nacional, diante dos desafios da mobilidade dos grupos e da ausência documental dos indivíduos.

Além disso, a consulta aos órgãos de fomento e aos bancos de tese das instituições de ensino e pesquisa revelou à equipe técnica uma incipiente produção acadêmico-científica dedicada aos ciganos no Brasil – seja em sua dimensão

histórica, econômica, política, sociológica ou mesmo artístico-cultural. Isso vinha dificultar mais ainda a formação de uma massa crítica que pudesse assegurar aos agentes dos órgãos federais uma interlocução qualificada. Interlocução que lhes permitisse compreender, equacionar, gerenciar e atender satisfatoriamente às demandas crescentes desses grupos.

Evidenciadas tais lacunas, a estratégia que ocorreu à SEPPIR foi identificar os pesquisadores no âmbito nacional e internacional, para reuni-los em dois seminários temáticos. Com isso, em 2007, seus gestores pretendiam não somente obter um conjunto de dados e referências precisas, que lhes pareciam incontornáveis para a condução eficiente dos trabalhos que se acumulavam, mas também dar visibilidade internacional às ações do governo brasileiro na implementação de políticas públicas dirigidas aos ciganos. Intempestivas mudanças ocorridas na estrutura ministerial, no entanto, levariam à não-concretização dessas iniciativas no âmbito federal e, conseqüentemente, à interrupção dessa pauta de discussão ainda em gestação.⁸⁷

As liturgias de reconhecimento

No dia 24 de maio de 2007, realizou-se a primeira celebração do Dia Nacional do Cigano na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Inicialmente concebida para o Salão Nobre do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores, a programação foi, no entanto, transferida para o não menos suntuoso Salão Negro do Palácio da Justiça, onde representantes de diversos ministérios e autarquias federais, reunidos sob os auspícios da SEPPIR, integraram a solenidade destinada a receber, com toda a pompa e circunstância, os mais de 80 líderes ciganos vindos de todas as regiões para a ocasião. Foi um deslocamento inteligente da cena ritual, pois assim os ciganos não eram vistos como uma questão diplomática, enquadrados como uma espécie de delegação estrangeira,

87 Matilde Ribeiro, militante do movimento negro em São Paulo, com formação acadêmica em Serviço Social, assumiu o ministério recém-criado em 2003, no início do primeiro mandato do Presidente Lula. Após a reeleição presidencial, continuou no cargo até 01 de fevereiro de 2008, quando deixou a SEPPIR em meio a um escândalo político com repercussão na mídia nacional, envolvendo uso irregular de cartão corporativo.

mas sim eram apresentados, pela primeira vez, como sujeitos de direitos; dignos, portanto, da atenção da pasta da Justiça.

Entre os ativistas presentes, destacava-se Mio Vacite, filho de iugoslavos, presidente da União Cigana do Brasil e pioneiro das mobilizações políticas dessa minoria étnica no país, desde meados da década de 1980. O prestigiado músico foi um dos responsáveis pelo *happening* que contrastou a formalidade com o tom festivo dado à cerimônia. O violinista foi acompanhado por sua trupe, o *Encanto Cigano*, ao som dos violões, do acordeom, trazendo ainda consigo três dançarinas e a virtuosidade de um repertório variado, do *jazz manouche* ao *flamenco gitano*.

Em ritmo vertiginoso, a música, o canto e a dança contagiaram os presentes antes mesmo do comparecimento das autoridades, subvertendo não simplesmente o cerimonial, com suas cadências arrebatadoras, mas a própria atitude passiva da *espera*, que marca os ritos da sociedade hierárquica e a assimetria das posições. Num alegre compasso, assumiram o protagonismo da cena pública e exibiram-se em aparato, para euforia dos fotógrafos e cinegrafistas, quebrando o protocolo e iluminando com o reflexo dos vestidos multicolores o mármore negro do nobre salão.

A propósito da mídia, entretanto, vale mencionar a atuação limitada da imprensa nessa importante e inédita solenidade, somente noticiada pelos órgãos oficiais de comunicação. A ausência das grandes emissoras privadas de televisão e dos jornais mais lidos do país não passou despercebida e gerou comentários dos participantes: “Cigano só é notícia quando está envolvido em alguma confusão, nas páginas policiais dos jornais”, diziam com indisfarçável ironia. Ao chegarem as autoridades, contudo, a música alegre foi interrompida e deu lugar ao Hino Nacional, entoado também pelos ciganos. Logo seriam apresentados ao microfone os representantes e suas posições nos quadros do governo, despertando a atenção da audiência.

No rito inaugural do calendário renovado pelo gesto cívico-político do reconhecimento, o grande artefato simbólico foi o selo especialmente concebido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Carlos Henrique Custódio, o então Presidente dos Correios, em seu *speech* ressaltou a importância da filatelia como expressão artística, histórica e cultural cultivada pelos povos no intercâmbio econômico, político e social. Passou em seguida a expor os motivos pelos quais

os Correios vinham juntar-se às homenagens. As razões da eleição de um selo e da promessa de sua difusão, apregoando as dívidas acumuladas para com os ciganos, foram extensamente apresentadas, buscando fundamentar a inédita escolha da representação desse povo na filatelia brasileira.

Durante seu discurso, a tópica empregada enfatizou positivamente a mobilidade dos grupos, referindo-se aos correios brasileiros como “os ciganos da comunicação”, numa instigante analogia entre o ofício do carteiro e a perambulação das caravanas. Enquanto os ciganos eram exaltados como mensageiros da comunicação – dignos, portanto, de confiança e portadores de fé pública – o representante maior dos Correios ressaltou que, curiosamente, o grupo era conhecido como os “sem CEP”, ou seja, sem “código de endereçamento postal”, exatamente por não se fixarem no território. Daí a importância redobrada do selo e da homenagem aos ciganos na filatelia.

À solenidade pública de lançamento de um selo não poderiam faltar suas primeiras marcas e autenticações estampadas com um carimbo especialmente concebido para a ocasião, num gesto ritual – a obliteração – executado pelas autoridades governamentais e por personalidades alusivas à temática apresentada. Como manda a etiqueta, são proferidos discursos de valorização da filatelia como expressão dos timbres de diferentes culturas e países. A circulação dos selos além das fronteiras nacionais é, por si só, emblemática do *direito de visita*, do acesso aos lugares, das formas de acolhimento e de reconhecimento, das tarifações aduaneiras e dos atos notariais, fazendo parte dos ritos de hospitalidade, das convenções comerciais e de um circuito mundial de trocas.

Unindo diferentes gerações por um gosto comum que, fundamentalmente, depende da interação social, a filatelia é uma verdadeira *paixão ordinária*, para retomar a significativa expressão de Christian Bromberger (1998). Ao mobilizar *seniors* e *juniors*, velhos e meninos em feiras de troca e circuitos de exposição, as coleções de selos formam um *sistema de objetos* diretamente ligado à construção da subjetividade e à adesão das temáticas impressas nas estampas como um quadro de referência e de memória. A coleção, ela mesma, segundo Jean Baudrillard, é feita de uma sucessão de termos, mas seu termo final é a pessoa do colecionador: “Se coleciona sempre a si mesmo” (BAUDRILLARD, 1968, p. 108-110). É através

da filatelia, da numismática, da heráldica, das bandeiras e das genealogias que a *paixão classificatória* das coleções se manifesta em toda sua riqueza e filigrana. Com elas e diante delas, os povos se reconhecem e se fazem reconhecer.

O selo trazia a imagem da bandeira dos ciganos tremulando sobre o mapa do Brasil. Os membros da SEPPIR responsáveis pelo cerimonial reproduziam o discurso de líderes ciganos brasileiros e apresentavam a bandeira como tendo sido instituída no *First World Romani Congress*, realizado em Londres em 1971.⁸⁸ A flâmula azul e verde, com uma grande roda vermelha ao centro e um aro com dezesseis raios, foi hasteada no Salão Negro do Palácio da Justiça ao lado do pavilhão nacional e do estandarte dos Correios, compondo o cenário para o púlpito reservado aos discursos das autoridades.

Ao longo da solenidade, o cerimonial – instância formal encarregada de organizar e conduzir com aparato a sequência dos atos, atendendo *comme il faut* aos dispositivos protocolares do gabinete de duas secretarias especiais da Presidência da República - desmanchava-se em oferecer aos presentes explicações a propósito dos símbolos expostos e consagrados na ocasião. A heráldica da bandeira cigana foi objeto de uma elaborada exegese por representantes dos ministérios, reproduzindo lugares comuns e informações amplamente disponíveis nos portais do movimento cigano na internet, segundo a qual a metade superior azul estaria relacionada ao céu e significaria a liberdade e a paz, valores apresentados como fundamentais para os ciganos; e o verde na parte inferior expressaria a natureza e os caminhos percorridos e desbravados pelas caravanas. Ao centro, a roda vermelha simbolizaria a vida, a continuidade da tradição, o caminho a percorrer e o já percorrido; os raios do aro, por fim, representariam a força do fogo, a transformação e o movimento constantes.

Ivair Augusto Alves dos Santos, assessor da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), mencionou o tão pouco lembrado *holocausto cigano* promovido pelos nazistas durante a II Guerra Mundial. Em seguida, leu uma oração de *Santa Sara Kali*, devoção não reconhecida pela Igreja Católica e consagrada exatamente

88 Na realidade, o que se chama hoje de “*First World Romani Congress*” foi uma reunião que, somente anos mais tarde, viria a ser considerado “o primeiro congresso cigano” pelos militantes Rom do Leste Europeu. Um texto importante sobre esse tema foi escrito por Action & Klimová, 2001.

nesse dia – motivo pelo qual a data foi escolhida como Dia Nacional do Cigano, graças ao *lobby* de uma família *Kalderash*, subgrupo dos *Rom*.⁸⁹

O culto de *Santa Sara Kali* é recente no Brasil, objeto de uma pomposa celebração organizada pela advogada e ativista cigana Mirian Stanescon no Parque Garota de Ipanema, à beira-mar, em área nobre do Rio de Janeiro. Assim, diante da escolha do dia 24 de maio, passou a ter grande relevância essa entre todas as outras numerosas devoções dos ciganos no Brasil – Nossa Senhora das Graças no bairro do Catumbi, Nossa Senhora Aparecida em São Paulo, Divino Pai Eterno em Goiás, Padre Cícero no Nordeste, etc. – sobrepondo-se também à própria escolha da data como 08 de abril, o Dia Internacional dos Ciganos, estabelecido no início dos anos 2000 por iniciativa dos ativistas Grattan Puxon e Pandit Rishi, referindo-se à data inaugural durante o *First World Romani Congress*.⁹⁰

O ator Sérgio Mamberti, Secretário da Identidade e da Diversidade Cultural (SID/ MinC), representando o Ministério da Cultura, discursou celebrando o lançamento do 1º. *Prêmio Culturas Ciganas*, no valor total de 200 mil reais, como o primeiro edital do governo brasileiro a contemplar projetos especificamente relacionados à etnia.⁹¹ Em seguida, a Ministra Matilde Ribeiro declarou publicamente como a SEPPPIR enfrentava desafios não esperados, diante da complexa emergência das identidades obscurecidas pela ideologia da miscigenação, que reveste de tons monocromáticos o “povo brasileiro”.

89 O *lobby* é um recinto nobre da casa, uma espécie de antessala, antecâmara ou vestíbulo que guarda a área reservada dos dormitórios. Na casa romana, ficava exatamente na porta do quarto do senador. “Fazer *lobby*”, literalmente, é estar junto, fisicamente próximo ao poder, no limite de sua intimidade. Agradecemos essa observação ao pesquisador Samuel Bordreuil (LAMES-CNRS), a propósito de uma exposição no *Seminaire Doctorale* da MMSH em Aix-en-Provence (2001), reunindo antropólogos, arqueólogos e historiadores.

90 Os especialistas têm chamado atenção para o fato de que a data de 08 de abril está se tornando mítica, tão mítica quanto o próprio “*First Romani Congress*”. A escolha da data, por sua vez, homenageou o cigano e boxeador inglês Jem Mace (1831-1910), que se apresentava nas arenas como “*The Gipsy*”, atleta considerado um dos pioneiros dessa modalidade esportiva. A escolha da data em torno de uma personalidade pública certamente evitaria os constrangimentos em torno das distintas filiações religiosas, ideológicas ou políticas no Brasil.

91 Em maio de 2007, com o real valendo 2,08 dólares, o valor total do prêmio correspondia a 96.154 dólares americanos. Cada um dos 20 contemplados receberia 10 mil reais para seu projeto cultural, o equivalente a 4.807 dólares.

Afinal, o elogio da mistura é um belo quadro romântico, eventualmente estratégico como dispositivo ideológico na construção de uma identidade nacional. Diante da trama das identidades urdidas no mundo contemporâneo, no entanto, o modelo atual tende a negar as semelhanças, preferindo ressaltar as diferenças na fundamentação dos direitos, produzindo distintos, conflitantes e contraditórios sentidos políticos. As constantes querelas em torno das origens e permanências fundamentam as mais variadas disputas dos grupos étnicos e minoritários por recursos e territórios, como repertório indispensável na construção de um discurso heterogêneo, nos termos de uma *política do significado*.⁹²

Como líder dos ciganos, falou por último o advogado Cláudio Iovanovichi, presidente da Associação de Preservação da Cultura Cigana (APRECI), iniciando com uma escorreita saudação em *Romani*, idioma cuidadosamente escolhido para o momento. Mais que adequado, portanto, à liturgia política de celebração de uma identidade na diferença. O ativista estimou existirem hoje cerca de 1 milhão de ciganos no Brasil, dentre os quais 600 mil sem residência fixa, embora essa minoria étnica jamais fosse tema de censo específico ou mesmo das estatísticas oficiais. Disse que o Brasil, “uma criança de 500 anos”, estava dando um exemplo ao mundo e que o preconceito ainda existe em muitos países, sobretudo no Leste Europeu, onde mencionou que os ciganos são vistos como um problema pelos Estados Nacionais. Por fim, o orador acentuou o caráter problemático da convivência dos ciganos com os organismos do Estado, diante dos dilemas da representação e das pretensões de controle, aproximando-se da tópica anarquista, que considera a delegação do poder de decisão como uma forma de alienação política. “Nossa pátria é o lugar onde nossos pés estão”, resumiu por fim, citando a frase de efeito do cigano e escritor canadense Ronald Lee.

Na sequência ritual, de acordo com o protocolo dos Correios, Cláudio Iovanovichi e as demais autoridades foram convidados para proceder com as primeiras obliterações do selo comemorativo, sob entusiásticos aplausos do público. Dentre os mais de oitenta ativistas presentes na plateia, estavam Jesus Manoel

92 Expressão cunhada por Clifford Geertz, na análise da construção utópica de uma identidade nacional – no caso, a indonésia – em torno do *slogan*: “um povo, um país, um idioma”. Ver GEERTZ, 1973, p. 315.

Sales, líder da comunidade dos *Calon* de Goiás; Fernando Calon, representante dos ciganos do Rio Grande do Norte; Jorge Dantas, líder dos ciganos do sul da Bahia; Yáskara Guelpa, do Centro de Estudos e Resgate da Cultura Cigana (CERCI); e Padre Wallace do Carmo Zanon, diretor executivo da Pastoral dos Nômades, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Um *gran finale* ainda estaria reservado para o auditório: o emocionante solo *a capela* de Yago Piemonte, da dupla sertaneja Yago & Santhiago, comoveu a todos os presentes. A letra de Guto Franco, filho de Moacyr Franco,⁹³ especialmente composta para a estreia do jovem cantor *Calon* no mundo artístico, é um provocativo diálogo imaginário, representando um encontro fortuito entre um cigano – cultor da “fina arte da liberdade”, nas palavras do escritor Guimarães Rosa – e um *gadje* arrogante, que o interpela bruscamente:

EU SOU CIGANO

(Guto Franco)

Eu vinha andando	– ‘Eu sou cigano
Sozinho andando	Filho das coisas mais livres
Alguém parou	Venho do vento trazê-las aonde vives
Na minha frente	Se acreditares
Me empurrando	Encho teus sonhos de melodia
Me perguntando	E quando fores pro teu povo
– ‘Quem é você	Levarás também um novo dia
Tão diferente?	Eu sou cigano
Porque usa lenço, brinco	E danço no fogo e na terra
E esse manto?...’	Levo a quem sofre a porção
Então soltei meu canto!	De outra primavera
	Eu sou cigano
	Com teu sorriso, fé e magia
	Porque dentro do teu peito
	Há um amigo feito novo dia
	Olé!!!

Dissolvida a assembleia, grupos *Rom* e *Calon* fizeram questão de se deixar

fotografar, estrategicamente posicionados em lados opostos de um banho
⁹³ Moacyr Franco é cantor, compositor, ator e apresentador, atuando em programas populares de TV desde a década de 1960 no Brasil. Também escreveu para o cantor Yago uma versão em Português do Dia Nacional do Cigano, valorizando assim a conjugação de esforços, sem om
 isso aplicar de suas diferenças internas, preferências e signos exteriores de
 pertencimento, visíveis nas traças e ad
 ornos corporais. Meses depois da festa

oficial, no entanto, os ciganos brasileiros foram frustrados em sucessivas idas às agências dos correios, mesmo nas especializadas em produtos filatéticos. E descobriram que o selo havia sido criado somente para a cerimônia em Brasília e que jamais entraria em circulação nacional, estando ausente até mesmo dos catálogos filatéticos brasileiros, frustrando, mais uma vez, suas expectativas políticas em torno do reconhecimento.

Nas antessalas do poder

Nos bastidores da grande cena pública, no entanto, notícias de um conflito interno ecoavam a boca pequena nos momentos de dispersão da festa em Brasília. A ausência da advogada e ativista *Kalderash* Mirian Stanescon Batuli de Siqueira da importante cerimônia oficial explicitava as polarizações e agudizava as diferenças entre os grupos, deflagradas após as calorosas discussões em torno do selo e de uma prosaica cartilha. A proposta do selo com a imagem de *Santa Sara* foi logo rejeitada pelos demais ciganos, diante da argumentação de que se tratava de uma estampa federativa, incompatível, portanto, com um ícone religioso. A cartilha “*Povo Cigano: um direito em suas mãos*” (SIQUEIRA, 2007), contendo uma série de recomendações na área de direitos humanos e apresentada pela Fundação Santa Sara Kali, também fora rejeitada pelos demais líderes ciganos em oficina promovida dias antes pela SEPPPIR.

Um ano depois, tudo havia mudado. A tal ponto a ativista obteve sucesso junto às instâncias governamentais – diante de seu senso de oportunidade e capacidade de tirar partido da situação – que, já na edição seguinte do Dia Nacional do Cigano, em maio de 2008, não somente a cartilha havia sido impressa e era então distribuída, como a celebração oficial já não era mais no Distrito Federal, mas no Rio de Janeiro. Apesar da forte rejeição expressa por grande parte dos membros do movimento cigano no Brasil, as comemorações oficiais foram englobadas pela festa organizada nos últimos anos por Mirian Stanescon, em torno de uma imagem por ela mesma erigida numa pequena gruta do Parque Garota de Ipanema, na praia do Arpoador, um dos endereços mais chiques da cidade.

Se os ciganos eram considerados pelos funcionários da burocracia estatal um grupo de difícil interlocução, acabariam encontrando na ativista *Kalderash* uma via de acesso ao cumprimento de uma agenda positiva. A inusitada alternativa, porém, trazia consigo os inconvenientes de uma controvertida representação política. Mirian Stanescon, com grande inteligência sociológica diante das circunstâncias, tratou logo de se apresentar na arena pública como a representante qualificada para encarnar as demandas. Demandas essas não mais propriamente dos ciganos eles mesmos, mas doravante da SEPPIR e da SEDH em seu *marketing* institucional.

De modo convincente, a militante afigurava-se capaz de atender, portanto, às solicitações do Governo Federal na abertura de uma nova frente de ação política até então inexplorada. Tirando partido das dificuldades de um consenso em torno de uma liderança hegemônica entre os ciganos – encarnando uma ficção da cosmologia da modernidade que é, para o Estado-nação, a figura emblemática do *representante* – a advogada soube intuir os pontos fracos dos modos de organização e do sistema de representação que baliza os grupos. Diante das brechas do aparelho de Estado, passou a identificar-se publicamente como “a rainha dos ciganos do Brasil”.⁹⁴ Empenhada na *representação* de uma nova identidade (GOFFMAN, 2005), buscou explorar estereótipos positivos dos ciganos como cultores da festa, da magia, da abundância, da liberdade e da espiritualidade, não hesitando em inflacionar as romantizações.

Diante da desconfiança recíproca entre o governo e os ciganos, Mirian Stanescon, com grande perspicácia, precipitou um programa de ação e passou a usar uma tática em seu favor, instituindo decisões, pautando temáticas, maximizando recursos e estabelecendo uma agenda sem, entretanto, promover nenhuma

94 Diante da questão formulada – “*les Gitans ont un roi ou une reine*” – o antropólogo Marc Bordigoni observa que “ce mythe d’un roi ou d’une reine est un beau thème littéraire et journalistique. Il participera de la mise en valeur de la présence gitane aux Saintes-Maries-de-la-Mer: en 1905, le *Petit Journal* titre sur cette ‘élection annuelle de la Reine des Gitans’. À partir du moment où ce thème s’impose dans l’imaginaire occidental, Il y a eu des Gitans pour le reprendre et le faire fructifier, parfois pécuniairement mais surtout symboliquement” (BORDIGONI, 2007, p. 110). Entretanto, a questão dos “reis dos ciganos” é talvez mais complexa e não está esgotada entre os pesquisadores.

consulta ou discussão coletiva. Esse processo deflagrou uma controvérsia, com suas discussões, conflitos e acusações morais, desencadeando uma *crise*, envolvendo até mesmo pesquisadores diretamente afetados pelo turbilhão.⁹⁵ À margem da política e fora do *drama social*, os ciganos *Calon* do Catumbi, também eles diretamente ligados a ofícios do judiciário carioca,⁹⁶ preferiram, mais uma vez, guardar a reserva e o anonimato, mantendo-se fora dessa *comunidade de aflição* (TURNER, 1968a).

O governo brasileiro, por sua vez, fez uma *escolha trágica*. Ao ter acreditado em Mirian Stanescon como *representante* dos ciganos, semeou a cizânia no contexto de uma política de reconhecimento, municinando um grupo *Kalderash* em seu faccionalismo e familismo, magnificando suas pretensões hegemônicas.⁹⁷ Assim, a *política* viria transformar-se em *luta*,⁹⁸ diante das desastrosas ações do Estado e das desagregadoras disputas entre os grupos. O segundo passo, por consequência lógica e perversa das conveniências do Estado, seria o de arrogar para si o direito de credenciar quem é e quem não é cigano, no exercício de uma função classificatória, distinguindo o autêntico do inautêntico, o próprio do espúrio, o puro do impuro. Ao autoatribuir-se o que só pode ser reconhecido pelos pares – *a representação* – passou a dispor do poder de legislar e de negar,

95 Para uma apreensão da densidade emocional, da intensidade dos conflitos, do azedume das desavenças e das acusações corrosivas envolvendo os ciganos do Brasil, ver MOONEN, 2006.

96 Sobre os ciganos Calon moradores do bairro e sua longa e surpreendente inserção no judiciário carioca desde a sociedade colonial – primeiro como *andadores do Rei*, depois como *mordomos do paço, meirinhos* e finalmente como oficiais de justiça, ver: MELLO, VEIGA, COUTO & SOUZA, 2005 e 2009; SOUZA, 2006; MELLO & SOUZA, 2006. Tais artigos publicados na França, em Portugal e no Brasil são resultados da pesquisa motivada pelo intenso diálogo com o antropólogo francês Marc Bordigoni.

97 Embora questionada em sua “realeza”, Mirian Stanescon é reconhecida como *Kalderash* entre os ciganos. Mas, por vezes, e a título de provocação, é chamada de “libanesa” em razão de sua descendência paterna. Os documentos trazidos por ela a público apresentam seu álbum de família na internet, onde são exibidas fotografias dos antepassados da Família Stanescon ao final do século XIX na Rússia, antes de migrarem para o Brasil. Essas imagens, entretanto, não satisfazem plenamente a curiosidade dos experts, pois não fazem nenhuma referência mais detida à sua vitsa (clã ou grupo de descendência) ou lugar de origem.

98 Para considerações sobre a *política* do reconhecimento e a *luta por reconhecimento*, respectivamente, ver: TAYLOR, 2000 [1995], e HONNETH, 1996. Para uma crítica de que o reconhecimento em seu percurso não se dá necessariamente numa luta, ver RICOEUR, 2004.

quando lhe conviesse, a autoatribuição identitária alheia, na contramão dos dispositivos internacionais.⁹⁹

Para os demais ciganos, o título nobiliárquico autoatribuído por um clã é percebido como uma espécie de afronta, pois se recusam a aceitar a existência de realzas próprias. Ao que vem se somar ainda o problema da pretendida liderança feminina em uma sociedade marcadamente patriarcal, ciosa dos valores da masculinidade associados aos chefes de família: “Querem botar uma saia na minha cabeça!”, dizem os ciganos mais velhos. Não se sentem representados por alguém que se arroga o direito de deter um título e seus privilégios, que não são reconhecidos para além de uma parentela, ou seja, do grupo de parentes agindo politicamente. À vista dos demais grupos ciganos, tudo o que a ativista empregou para compor seu papel é desarmônico. Entretanto, parece encaixar-se muito bem aos olhos exotizantes das autoridades e de seus prepostos, na composição de um *personagem-tipo*: uma cigana *prêt-à-porter*.

O rumoroso início desses conflitos, todavia, não estava nas palacianas antessalas da política, mas curiosamente nos bastidores de uma novela de televisão. O enredo de “Explode Coração”, *feuilleton* de grande audiência exibido em episódios entre novembro de 1995 e maio de 1996, desencadeou um processo movido pela cigana *Kalderash* contra a autora Glória Perez e a Rede Globo de Televisão. Em uma ação judicial com reverberação na mídia, a advogada tentou embargar a exibição de dois capítulos finais da trama, alegando que a autora havia se inspirado em sua vida para criar a história da protagonista e que a novela desrespeitava, de modo inaceitável, as tradições de seu povo, ao retratar a perda da virgindade antes do casamento.

Assim, empenhada em uma ação indenizatória, a advogada e ativista tratou de enquadrar judicialmente como *dano moral* a novela de televisão, alegando ter sido atingida em sua reputação e idoneidade. Com esse gesto, acabaria por criar uma linha de clivagem no próprio grupo, colocando em campos opostos pessoas e famílias que até então mantinham relações de proximidade e compartilhavam os

99 Tal como estabelece a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada no Brasil pelo Decreto Legislativo n. 143, de 20 de junho de 2002, ao definir que a identidade diferenciada deve ser estabelecida unicamente com base em critérios de autoatribuição.

ritos do ciclo de vida, na frequência das celebrações dos batizados, comunhões, casamentos, aniversários e funerais. Até então regulando e administrando seus próprios conflitos entre grupos e famílias, os ciganos do Rio de Janeiro acabam envolvidos em pólos opostos pelo recurso à instância heterônoma do tribunal burguês, com consequências danosas até os dias atuais.

Sobretudo porque havia outros ciganos diretamente envolvidos na concepção, na elaboração e na produção artística da novela. O próprio Mio Vacite, ativista *Horahano*, defendeu a novelista nos tribunais, pois seu conjunto musical fazia parte das gravações e da trilha sonora, aproveitando o sucesso da televisão em pleno horário nobre. À frente da União Cigana do Brasil, o músico declarou aos jornais: “desde 1987, estamos tentando fazer um trabalho para acabar com a imagem de espertalhões e velhacos que os ciganos tinham” (Cf. MOONEN, 2006).

Em tom incisivo, nesse trecho de entrevista, Mio Vacite refere-se a uma das pioneiras mobilizações políticas dos ciganos brasileiros: uma carta dirigida ao filólogo e dicionarista Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, solicitando a revisão do mais popular dicionário da Língua Portuguesa editado no Brasil, rogando expurgar os sentidos negativos que eram atribuídos como sinônimos ao verbete *cigano*: “ladino, velhaco, trampolineiro, astuto, trapaceiro” ou “comerciante de objetos subtraídos”. Ou ainda aos seus correlatos, como *ciganaria* e *ciganice*, significando “trapaça em compras ou vendas, tratantada, traficância, pedinchice”, sendo essa última “pedir com impertinência ou lamúria” (FERREIRA, 1975, p. 326; 1063).

A partir da sexta impressão da segunda edição do dicionário, em 1988, a solicitação do grupo foi finalmente atendida, em seu empreendimento de *limpeza moral* do termo. Nessas demandas, por vezes consideradas de pouca importância, Paulo Verani, Oswaldo Macedo, Mio Vacite e Antônio Guerreiro, entre outros, atuaram em muitas circunstâncias como *empreendedores morais* (BECKER, 2008, p. 153-168), tentando livrar-se dos estigmas e estereótipos negativos pervasivos que acompanham esse grupo por toda a parte.

Devoção à beira-mar

Em 2008, novos atores políticos entraram em cena para a celebração do Dia Nacional do Cigano, envolvendo agora não somente representantes dos ministérios em Brasília, mas também do Governo do Estado do Rio de Janeiro, além de um enorme público presente. Um convite da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos circulava na internet e nas caixas de correios, com um programa estabelecido combinando atividades religiosas e políticas:

A Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, **Benedita da Silva**

A Presidente da Fundação Santa Sara Kali

Mirian Stanescon Convidam Vossa Senhoria a participar do evento em comemoração ao Dia Nacional do Cigano e homenagem à Santa Sara Kali, padroeira do povo cigano. Data: 24 de maio de 2008 – Sábado, a partir das 16 horas. Local: Parque Garota de Ipanema – Praia do Arpoador – Rio de Janeiro – RJ

PROGRAMAÇÃO

16h00 – Oração à Santa Sara Kali, com *queima do Karma*, bênçãos e consagração das pessoas com pães, vinho e frutas, numa autêntica e sagrada cerimônia cigana ministrada por uma cigana real – Mirian Stanescon;

18h00 – Lançamento oficial da Cartilha *Povo Cigano* - Secretaria Especial de Direitos Humanos;

– Lançamento da campanha contra a discriminação de ciganos no atendimento pelos serviços de saúde e, também, do Cartão de Saúde do SUS para ciganos – Ministério da Saúde.

– Entrega do *Prêmio Culturas Ciganas* - Ministério da Cultura

19h30 – Shows de música e de dança cigana.

Numa pequena gruta da ponta do Arpoador, Mirian Stanescon encontrou o local perfeito em um cartão-postal da cidade para fixar uma imagem e introduzir o culto a *Santa Sara Kali*, trazendo a devoção celebrada desde o início do século XX em Saintes-Maries-de-la-Mer, na Camargue francesa – associada às representações do litoral e divulgada como um projeto turístico para a região¹⁰⁰ – para essa concorrida praia do Rio de Janeiro, onde turistas, visitantes e surfistas aplaudem o pôr-do-sol aos finais de semana.¹⁰¹

Antes mesmo do horário marcado, os fiéis já se aglomeravam a beira-mar, aguardando o início das celebrações dedicadas a *Santa Sara Kali* no Parque Garota de Ipanema.¹⁰² Eram, sobretudo, senhoras de classe média vindas dos bairros mais chiques da cidade – muitas delas em saias longas, lenços coloridos, ostentando maquiagem forte e bijuterias douradas. Contritas diante da imagem, disputavam espaço para realizar suas preces, acender suas velas e incensos, compondo uma espécie de quadro vivo junto à pequena gruta transformada em *sacella*, ou seja, em um pequeno santuário, cuidadosamente ornamentado e iluminado.

Nessa espécie de oratório como que esculpido na rocha viva do Arpoador, tecidos finos em tons azulados representavam as ondas do mar, enquanto estrelas de papel pendiam do teto, como astros na abóboda celeste. A liturgia conduzida no refúgio do santuário evocava em miniatura uma cena de *aparição*, forma das mais difundidas da manifestação do *numinoso* na tradição cristã.

100 Sobre o surgimento do culto a *Santa Sara Kali* na Camargue e a incorporação dos ciganos às festas locais, a partir da obra e da ação do folclorista Marquis de Baroncilli-Javon, com vistas à promoção do folclore e do turismo à região, ver: BORDIGONI, 2002/3.

101 O Grupo Amigos de Santa Sara (GRASSA), reunido por Mirian Stanescon, celebra uma “corrente de orações” no Arpoador no dia 24 de cada mês, incluindo oferendas, preces, “queima do *Karma*” e roda com danças ciganas ao final da tarde.

102 O Parque Garota de Ipanema, situado entre a Avenida Francisco Bhering e a Rua Francisco Otaviano, é administrado pela Fundação Parques e Jardins da Prefeitura do Rio de Janeiro e funciona diariamente. Possui 2,58 hectares, integrando a Área de Proteção Ambiental (APA) das Pontas de Copacabana e Arpoador. Seu nome homenageia a famosa canção de Tom Jobim e Vinicius de Moraes composta em 1962, grande sucesso internacional da bossa-nova, e também sua musa inspiradora Helô Pinheiro.

Toalhas brancas eram estendidas para que as oferendas fossem apresentadas. Ao redor dos arranjos de frutas e *corbeilles*, velas multicores, taças e garrafas de vinho espumante, ramos de trigo, cartas de baralho e bilhetes manuscritos com pedidos eram dispostos cuidadosamente sobre o chão. Tudo isso deixava entrever que a festa não era somente dedicada a *Santa Sarah Kali*, mas também aos “espíritos ciganos” invocados na ostentação do rito propiciatório. Essas “falanges espirituais” vieram muito recentemente juntar-se ao *pantheon* das entidades cultuadas pela Umbanda, forma religiosa marcadamente brasileira que associa elementos do catolicismo popular (a devoção aos santos), do espiritismo kardecista (a sua relação com o mundo dos mortos) e do culto aos orixás africanos do Candomblé.

Na transação estabelecida pela Umbanda entre santos católicos e orixás,¹⁰³ a crença nos espíritos e em suas manifestações é parte central do culto, sob a forma do transe religioso. Nessas ocasiões, cantos, danças, performances e consultas com “entidades” como *erês* (espíritos infantis), *índios*, *caboclos*, *marinheiros*, *boiadeiros*, *pretos-velhos malandros*, *pombas-giras* e *exus* manifestam, de forma dramática, o *poder dos fracos*¹⁰⁴ e as variedades da experiência místico-religiosa no Brasil. Mais recentemente, por sua alta capacidade antropofágica, a Umbanda ainda incorporou elementos esotéricos da Nova Era e das religiões orientais como o Hinduísmo e o Budismo, concedendo aos “espíritos ciganos” lugar nobre nos *pejis* (altares) e na liturgia, com o surgimento da novíssima e próspera “Linha do Oriente”.

A nova devoção estabeleceu uma profusão de tipos religiosos cultivados em novas iconografias: a *cigana das sete saias*, a *cigana dançarina*, o *cigano com violino*, o *pirata*, a *cigana do baralho*... Reforçou, além disso, a importância do mercado e das compras piedosas para as religiões afro-brasileiras,¹⁰⁵ exigindo dos compradores e fiéis novas competências para lidar com as novas crenças nos “ciganos espirituais”,

103 Para uma reconsideração da questão do sincretismo religioso no Brasil, ver: MELLO, VOGEL & BARROS, 1993, p. 147-156.

104 Segundo Victor Turner, o poder dos fracos (*power of the weak*) refere-se aos “atributos permanente ou transitoriamente sagrados, relativos a um ‘status’ ou posição baixa”, evocados nos mais diversos rituais religiosos ou políticos. Ver TURNER, 1977, p. 111.

105 A propósito do “mercado dos orixás” e da relação entre religião e economia nos cultos afro-brasileiros, ver MELLO, VOGEL & BARROS, 1987 e 1993.

embora produzisse também indisfarçável desconforto nos *terreiros* de liturgia mais ortodoxa. Assim, atualizando estereótipos positivos atribuídos ao grupo étnico, como encarnação do espírito da liberdade, da alegria, da música e da dança, muitas senhoras da classe média carioca, convertidas à Umbanda e às suas transações no campo místico-religioso, descobriram sua identidade ritual com os novos espíritos dessa “linha oriental”, passando a apresentar-se na cena pública como “ciganas de alma”,¹⁰⁶ inaugurando um parentesco até então inédito nos *terreiros* e casas de umbanda.

Esse parentesco espiritual, por sua vez, soa de todo modo estranho para os próprios ciganos. No momento de afirmação positiva de sua identidade na esfera pública, diante da crescente e inusitada adesão místico-religiosa de setores da sociedade mais ampla, empenham-se, paradoxalmente, em desembaraçar-se dos estereótipos e idealizações românticas de personagens fictícios como *Dara*, *Esmeralda* e *Vladimir*, doravante convertidos em “entidades” nos *terreiros* e nas *chinoiseries* das casas de Nova Era. Crítico perspicaz desse processo, o professor Antônio Guerreiro observa, não sem surpresa: “No mundo inteiro, os ciganos não querem se identificar, mantendo reserva sobre suas origens. O Brasil é o único país do mundo em que não-ciganos querem se fazer passar por ciganos. E isso também é muito prejudicial para nós, talvez até mais do que a perseguição!”¹⁰⁷

Muitos líderes *Calon* e *Rom*, presentes à cerimônia para receber o prêmio do Ministério da Cultura, jamais haviam visto o que lhes pareceram ser estranhas manifestações de exotismo por parte dos *gadje*, uma carnavalização bakhtiniana de estética *kitsch* devotada a uma *santa* cigana não-reconhecida pela Igreja que muitos deles sequer haviam visto antes.

Os ativistas que, durante anos a fio, empenharam-se em livrar-se da *identidade deteriorada* (GOFFMAN, 1988), aparando arestas internas, mobilizando os grupos e a sociedade mais ampla em favor de suas demandas na busca de uma imagem digna e positiva, livre dos atavios caricaturais, não eram capazes de

106 Sobre a profusão das “ciganas de alma” e o modismo recente das festas e danças ciganas no Rio de Janeiro, associadas, por sua vez, à dança do ventre e ao flamenco espanhol, ver BOMFIM, 2002.

107 GUERREIRO, com. pess., 24/Mai/2008.

esconder, como observadores críticos e hóspedes não-convidados, sua *situação de embarço* no Arpoador (GOFFMAN, 2011, p. 95-109). Em meio à praça de quermesse, com tendas de cartomantes e quiromantes e numerosas barracas vendendo doces, pratos típicos, perfumes, quinquilharias, roupas, bijuterias e adereços, assistiam basbaques ao ápice da cerimônia: a queima do *Karma* em um grande caldeirão de ferro ao cair da noite, com farta defumação de ervas sobre carvão, e Mirian Stanescon paramentada em cigana aspergindo água com um ramo de manjerição, benzendo o público presente como uma sacerdotisa.

Não satisfeita com a encarnação de uma realeza terrena, a organizadora da festa surgia em apoteose. A fusão mística conduzia, enfim, a uma *epifania*, propiciada pela multidão de devotas com as mãos para o alto em adoração, ávidas em receber suas graças, numa manifestação crescente daquilo que Émile Durkheim chamaria de *efervescência coletiva* (DURKHEIM, 2003, p. 308). Assim, a “cigana real”, como anunciava o convite oficial explorando o significado ambíguo da expressão, exibia-se como uma *evergeta* na distribuição de graças para os fiéis, diante de políticos, burocratas, artistas, turistas, passantes, banhistas e curiosos.

Embora excessivamente teatral para os demais ciganos, a festa era verossímil tanto para o público quanto para o governo, alheios à manipulação dos estereótipos em proveito próprio de sua organizadora, cujo efeito era acentuar uma clivagem interna, na tentativa de estabelecer uma hegemonia familiar sobre os demais grupos e organizações. Diante das circunstâncias, denunciar o equívoco como uma *farsa*, contudo, seria prejudicial aos próprios ciganos em suas demandas políticas. Pois se tratava de uma celebração convincente do *lugar-comum*, recebendo a adesão de senhoras influentes, de políticos e gestores públicos, diante das câmeras de televisão.

Viviam um paradoxo, uma profunda ambiguidade; pois, para o diálogo com a sociedade mais ampla, parecia mesmo se impor aos indivíduos seguirem um *script*, cujos cursos de ação obrigavam a encarnação do repertório esperado. Era como se a realidade das personalidades ali presentes não fosse suficientemente capaz de arrebatá-lo o auditório ali reunido para tão importante cerimônia de premiação. Ciganos advogados, oficiais de justiça, professores universitários, escritores, ativistas, clérigos, médicos, jornalistas, artesãos, músicos, empresários,

comerciantes e agricultores eram então ofuscados pela plethora dos estereótipos dos tão celebrados “espíritos da liberdade e da magia”.

Logo a ativista *Kalderash* reapareceria em um púlpito, convocando alegremente as autoridades para proceder com seus discursos políticos. Instalado na área central do parque, o palanque foi cuidadosamente erguido e iluminado como uma grande tenda azul e branca, as cores de *Santa Sara Kali*, numa espécie de fabulação estética dos acampamentos ciganos. Ali Mirian Stanescon recebeu com entusiasmo Benedita da Silva, então Secretária Especial de Assistência Social e Direitos Humanos, primeira mulher negra com origem nas *favelas* cariocas de expressão política nacional; a atriz, cantora e ativista Zezé Motta, então Superintendente da Igualdade Racial na mesma secretaria estadual; Perli Cipriano, subsecretário nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da SEDH; Ana Costa, secretária de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde; a advogada Margarida Pressburger, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Padre Wallace Zanon, representante da Pastoral dos Nômades, entre muitos outros convidados.

Aos olhos incrédulos de ciganos vindos de todo o Brasil, presentes à festa para a entrega oficial do *Prêmio Culturas Ciganas* do Ministério da Cultura em sua primeira edição, a anfitriã dava um tom excessivamente particular à condução do cerimonial. Uma a uma, as autoridades eram apresentadas, recebiam mimos e revezavam-se ao microfone, alardeando as ações de seus respectivos órgãos públicos em prol da minoria cigana.

Face ao problema do *sub-registro civil* que impede o acesso dos ciganos a direitos básicos, sobretudo no caso dos que vivem em acampamentos e caravanas, um folder, no qual se “recomenda aos serviços de saúde que não condicionem o cuidado e a atenção à apresentação de documentação e endereço, já que muitos ciganos não tem registro civil nem endereço fixo”, foi apresentado na solenidade. A promessa dos gestores públicos de distribuição de cartões de atendimento aos ciganos no Sistema Único de Saúde (SUS), entretanto, não se cumpriria. Frans Moonen, antropólogo dedicado ao estudo dos ciganos no Brasil, a propósito da publicação distribuída na festa, observa que:

“(...) o Ministério da Saúde apenas recomenda, mas não exige. Cada hospital ou posto de saúde trata os pacientes ciganos como quiser e não há nenhuma punição prevista para o hospital, médico ou enfermeira que se recusa a atender ciganos(as). Um ‘folder’ de boas intenções, e nada mais. Resta saber quantos hospitais, médicos e enfermeiras receberam esse pedaço de papel. E quantos, por causa disso, vão atender melhor os ciganos. A resposta, obviamente, todos os ciganos já sabem” (MOONEN, 2011, p. 13).

O representante da Secretaria de Direitos Humanos distribuiu diversos *banners* com o texto do decreto presidencial instituindo o Dia Nacional do Cigano. A flâmula ostentando o referido decreto era uma maneira de difundir os direitos de uma minoria, reconhecendo os acampamentos como legítimo *modo de habitar*, em extensão ao direito constitucional do lar como asilo inviolável do indivíduo. Os ciganos, no entanto, não receberam esses artefatos como um *fetichê* – ou espantalhos capazes de afugentar malefícios. Um tanto incrédulos da eficácia de tal dispositivo diante da truculência da autoridade policial e do escárnio a que são frequentemente submetidos pelos poderes locais, aceitaram a oferta de bom grado. Nos acampamentos, sob o signo da mobilidade, da errância e do provisório, os *banners* iriam, entretanto, transformar-se em mais um objeto decorativo das tendas, entre fotografias familiares, quadros religiosos, tecidos estendidos, móveis, eletrodomésticos e o vasilhame de cozinha cuidadosamente polido e exposto.

Conscientes da importância do caráter que imaginavam solene da ocasião, muitos ciganos distinguidos com a premiação haviam elaborado discursos para serem proferidos, buscando adequar-se às competências exigidas no manejo da retórica, ciosos em manifestar-se diante da histórica e inédita política de reconhecimento cultural. Na tenda da cigana carioca, porém, queixavam-se porque não tiveram livre acesso ao microfone nem mesmo para agradecer, sentindo-se privados, uma vez mais, desse direito básico assegurado nas sociedades

democráticas desde a *pólis* grega: a *isegoria*, ou seja, a liberdade de fala por todos igualmente compartilhada.

A entrega do *Prêmio Culturas Ciganas*, portanto, foi um anticlímax de desfecho melancólico para os ciganos, em cerimônia capitalizada única e exclusivamente por Mirian Stanescon, usando das prerrogativas de sua condição de membro titular do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR) e também do fervor religioso despertado entre as senhoras “ciganas de alma”. Todo o seu discurso na festa de *Santa Sara Kali* foi feito *pro domo sua* na primeira pessoa, sem nenhuma referência à mobilização coletiva dos ciganos, às demais lideranças ou associações representativas.

O visível tratamento desigual dispensado às autoridades, de um lado, e aos demais ciganos premiados, de outro, foi objeto do relato indignado de um líder *Calon* de São Paulo. Numa espécie de *catilinária*, as palavras de José Daniel Juarez Rolim, divulgadas pela internet (ROLIM, 2008), pareciam ecoar as sentenças acusatórias proferidas por Cícero no senado romano: “Até quando, enfim, ó Catilina, abusarás da nossa paciência? Por quanto tempo ainda esse teu rancor nos enganará? Até que ponto a tua audácia desenfreada se gabará de nós?”¹⁰⁸

A cizânia floresceria por toda parte. Numa contestação dos resultados, a Associação de Preservação da Cultura Cigana do Paraná (APRECI-PR), por meio de seu presidente Cláudio Iovanovichi, tentou impugnar junto ao Ministério Público a entrega do prêmio, cujos vencedores, segundo o advogado, já eram conhecidos antes da divulgação dos resultados e, além disso, contemplava não-ciganos, ferindo desse modo o edital: “A ideia é sermos os protagonistas, e não algumas pessoas que estão apenas tentando um nicho econômico. Isso vai causar um prejuízo cultural sério e nos preocupamos com o que vai ser do produto final”. O ativista *Matchuaia* ainda viria uma vez mais ao assunto: “O reforço de características místicas sobre os ciganos é o que a APRECI pretende evitar. Estamos impugnando todos. Não queremos apoiar o místico e o folclórico, mas sim trabalhos que demonstrem como os ciganos pensam e quais as suas dificuldades.

108 No original em Latim: *Quo usque tandem abutere, Catilina, patientia nostra? Quam diu etiam furor iste tuus nos eludet? Quem ad finem sese effrenata iactabit audacia?*

Só assim vamos gerar conhecimento sobre a nossa cultura” (CRISTO, *in*: *PARANÁ ONLINE*, 24/Mai/2008).

Mirian Stanescon, indiferente a todas as críticas e desdenhando de seus opositores, avultava em seu projeto pessoal, ultrapassando e desfigurando o caráter maior de uma agenda política, investida dos poderes que lhe foram conferidos por uma instância superior. Uma vez aberto o conflito, os ministérios de Brasília deram, sem nenhuma reserva, sua resposta definitiva à inquietante questão formulada de modo provocativo pelo sociólogo Howard Becker: “De que lado estamos?” (BECKER, 1977: 122-136). A festa no Arpoador patrocinada pelo Governo Federal, a adesão de diferentes ministérios e a *chinoiserie* dos protocolos tão caros à espetacularização do poder respondiam de modo claro e inequívoco a essa questão.

Sob a lona de um circo

Não muito longe dali, mas suficientemente distante do epicentro dos acontecimentos, uma singela celebração transcorria nas adjacências da área central de negócios do Rio de Janeiro, sob os bons augúrios de uma bandeira *Rom*. A escola circense *Crescer e Viver*, de modo significativo, acolheria em seu picadeiro, numa alegre confraternização, ciganos que tinham acabado de experimentar, poucas horas antes no Arpoador, o travo amargo do constrangimento público.

O lugar não poderia ser melhor escolhido: um arena de circo na Praça Onze, simbolicamente associada, na morfologia urbana da metrópole carioca, à vizinhança da área portuária e à ocupação de distintas nacionalidades e grupos étnicos – italianos, espanhóis, portugueses, árabes, armênios, judeus e ciganos, entre outros. Assim era a paisagem da “Pequena África” representada na memória e na história social do Rio de Janeiro. Nos seus arredores, podiam encontrar-se, lado a lado, templos católicos, sinagogas, candomblés e igrejas ortodoxas. A região, além disso, vincula-se às origens do samba no início do século XX, pela

presença das “tias baianas” e dos primeiros salões populares de dança (*gafieiras*) da cidade,¹⁰⁹ onde pouco mais tarde surgiria o desfile do carnaval carioca.¹¹⁰

A co-presença de tão diferentes identidades e nacionalidades na Praça Onze, na Cidade Nova e no Catumbi, reunindo distintos estilos de vida, afiliações religiosas e manifestações estético-artísticas, favoreceu o inusitado engajamento conversacional que acabaria reservando aos ciganos um papel expressivo – embora pouco lembrado – na constituição, nada mais nada menos, que do próprio samba como gênero musical, tal como consagrado nas páginas de Ari Vasconcellos, Samuel Araújo, Antonio Guerreiro e Hermano Vianna.¹¹¹

Sob a lona erguida nesse *lugar de memória* (NORA, 1984), marca da pertinência e da visibilidade dos ciganos no espaço público da cidade, Mio Vacite e sua trupe musical recebiam camaradas vindos de toda parte, especialmente ativistas e seus familiares, numa ambiência de conagração e generosa hospitalidade que o anfitrião a todos atenciosamente dispensava. Havia um singelo despojamento, livre dos *salamaleques* do poder, das formalidades dos protocolos e do fervor místico-religioso, o que não significava dizer que não houvesse densidade e qualidade emocional no trato sem artifícios.

Aos convivas, procedia com a etiqueta das apresentações, favorecendo contatos com delicadeza e agradável interlocução, deixando todos à vontade como se estivessem em suas próprias casas. Assim aquerenciados e reunidos sob o mesmo teto, ciganos e não-ciganos faziam juntos a festa, dividindo os prazeres da música, do canto, da dança e da boa conversação. O que parecia

109 Sobre a dança social nas gafieiras cariocas, tendo como epicentro a Praça Tiradentes, antigo Campo dos Ciganos, ver: VEIGA, 2011.

110 A propósito da diversidade étnica e cultural da Cidade Nova, ver: MELLO, VOGEL, SANTOS et al., 1981; e MOURA, 1983.

111 VASCONCELOS, 1993; ARAÚJO & GUERREIRO, 1999; VIANNA, 2004. A propósito, vale lembrar que os ciganos *Calon* do Catumbi cultivam festas familiares em casamentos e aniversários, conhecidas como *bródios*. Essas festas animadas com música e dança foram referidas por Pixinguinha e João da Baiana em seus “depoimentos à posteridade” registrados no Museu da Imagem e do Som (MIS). Mais tarde, seriam, do ponto de vista de sua estrutura rítmica e melódica, objeto de estudo dos professores Samuel Araújo (EM-UFRJ) e Antonio Guerreiro (UNIRIO), considerando as contribuições dos ciganos à música brasileira, entre elas a introdução, como instrumento harmônico relevante, do violão de sete cordas.

congregar homens e mulheres, jovens e adultos ali presentes, não era nenhum prêmio ou *seed money*, nenhuma recompensa ou devoção particular. Era tão só o escrupuloso exercício de uma disposição favorável ao encontro festivo, cujo significado especial não era dado por nenhuma instância exterior ou superior que lhes escapasse ao alcance ou desfigurasse suas convicções.

Ao tropismo do lugar e às manifestações públicas do apreço e da consideração, somava-se a adesão coletiva a *um outro modo* de celebrar o Dia Nacional do Cigano, desembaraçado dos exotismos e estereótipos. “Nós viemos aqui para desmistificar”, disse Mio Vacite dirigindo-se à platéia reunida nas arquibancadas, numa das raras ocasiões em que o músico tomou do microfone para, com economia de palavras e expressividade contida, marcar a diferença de *ethos* entre as festividades concorrentes, deixando entrever, por meio do comedimento estudado, a *política de um ritual não-político* (TURNER, 1968b).

O público reduzido, quando comparado à festa no Arpoador, era, no entanto, qualificado, pois que formado por *intelectuais orgânicos* de diferentes grupos ciganos, suficientemente capazes de compreender as implicações dos comentários e de decifrar subtextos. Como os de Márcia Yáskara Guelpa, a propósito do rumoroso projeto da SEPPIR de fundação do primeiro Centro de Referência da Cultura Cigana na cidade de Sousa, no interior da Paraíba: “Querem criar a nossa Funaizinha”, disse numa clara alusão crítica à tutela estatal das populações indígenas no Brasil.

Entre os presentes, contudo, não havia só *Rom* e *Calon* de outros estados do Brasil, mas também figuras de renome internacional como Eugene Hütz, ativista ucraniano, líder da banda *gypsy punk* Gogol Bordello; e Diana Budur, antropóloga romena estudante da *Princeton University*, envolvida em pesquisa sobre os ciganos no Rio de Janeiro. Ao invés do foco na religião ou na política, a festa seguiu exaltando a música e a dança como formas privilegiadas da sociabilidade e da afirmação identitária dessa “minorias das minorias”, como gostam de afirmar sobre si próprios.

A noite foi ocasião de conagração de alguns protagonistas das primeiras mobilizações políticas dos ciganos no Brasil, em meados da década de 1980, recordando outros encontros e a memória dos companheiros já falecidos –

entre os mais notáveis, Paulo Verani e Oswaldo Macedo, engajados em demandar para os ciganos a “substância moral característica das pessoas dignas” (OLIVEIRA, 2004, p. 83). O primeiro foi um destacado oficial de justiça e bibliófilo, autor de manifesto intitulado *Nós...*, endereçado aos *Calon* do Catumbi, no qual tratava estrategicamente de defender junto aos seus uma mudança de atitude com relação à identidade velada. O segundo, médico neurologista e cirurgião que, além de ocupar papel de destaque no Centro de Estudos Ciganos, propugnaria junto às instituições públicas inscrever no espaço urbano da antiga capital do país, de modo condigno, a presença histórica do grupo.

Um dos marcos dessa época de efervescência das identidades e da consequente reelaboração do *self* foi, para os próprios ativistas, o lançamento do livro *Povo Cigano*, da escritora Cristina da Costa Pereira, em festa entusiasticamente celebrada no Paço Imperial, em 21 de maio de 1986. Seus organizadores tinham orgulho em valorizar essa que foi, para eles, a primeira apresentação oficial dos ciganos desde o Brasil colonial, quando exerciam o nobre ofício de “festeiros da Corte”.¹¹²

Três meses depois, uma carta dirigida aos diretores daquela importante instituição cultural que funciona na antiga sede do governo de D. João VI, rei de Brasil e de Portugal no início do século XIX, explicitaria as razões da escolha do vetusto edifício para tal celebração. O signatário do que viria ser a primeira reivindicação de inscrição da presença dos ciganos no espaço público, no entanto, jamais obteria resposta ou seria atendido em seu pleito, assim fundamentado:

“Ao Exmo. Diretor de Eventos do Paço Imperial: A presença dos ciganos no Brasil – aparentemente diluída e descontinua – é uma constante desde 1572. Tidos e havidos como ‘raça menor’,

112 Sobre a presença conspícua dos ciganos nos festejos da Corte no Rio de Janeiro, ver SANTOS, 1981; DONOVAN, 1991; e MELLO, VEIGA, COUTO & SOUZA, 2005.

os ciganos no Brasil, como em todas as épocas e meridianos, são esparsamente referidos por historiadores, cronistas, pintores e naturalistas, como uma convivência incômoda, para dizer o mínimo. Como presença numerosa, de chofre, há que registrar os que aqui aportaram como parte ativa, posto que subalterna, da Corte de D. João VI. Eles eram parte modesta, mas indispensável da burocracia do Paço. Eram cocheiros, palafreneiros, artesãos de cobre e de ferro, Andadores do Rei (oficiais de justiça), organizadores e participantes de festas populares – cavalhadas, touradas, serra-velha, jogo das argolinhas, etc. Os ciganos tinham, principalmente os homens, uma atividade permanente, só interrompida nas horas das refeições que eles prolongavam em lazer, tipo sesta, no pátio interno do Paço Imperial, onde conviviam com a família, pessoas amigas e parentes, e, aos domingos, após o almoço, as ruidosas festas dos ciganos tinham lugar neste mesmo pátio interno, que era conhecido pelo povo da cidade como Adro dos Ciganos, embora não fosse este o nome oficial do logradouro, nem como tal reconhecido à época.

Em nome da Comunidade Cigana, somos presentes a V. S^a., postulando o consentimento de marcar com uma placa de cobre – acautelando as condições estéticas do imóvel – o nome do pátio interno referido, sancionado pelo povo: ‘Adro dos Ciganos’. Este espaço sócio-afetivo será um ponto de referência no itinerário dos ciganos, para seus encontros de lazer, seus encontros sociais, espirituais, sua convivência, sendo que, uma vez por ano, em data a ser estipulada pela comunidade, haverá um grande encontro de ciganos no Adro dos Ciganos, com suas danças, sua música, seu espírito ruidosamente festivo que vem ecoando através dos séculos, apesar dos pesares. (Rio, 11 de agosto de 1986., Oswaldo Macedo – nome civil, Taro Calon – nome cigano”).

Os passos seguintes da mobilização seriam dados com a própria criação do Centro de Estudos Ciganos no Rio de Janeiro e a realização, em abril de 1987, da *I Semana de Cultura Cigana da América Latina* na Fundação Casa de Rui Barbosa do Ministério da Cultura,¹¹³ reunindo escritores, pesquisadores, ativistas e personalidades do mundo da arte. Essa iniciativa foi brindada com correspondência oficial do então Presidente da República, José Sarney, congratulando-se com os organizadores do evento. Entre 1988 e 1990, após uma série de negociações com a prefeitura de Itaguaí, uma importante conquista obtida pelos ciganos em suas políticas de reconhecimento foi a doação, nesse município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, de um terreno destinado exclusivamente ao acampamento dos grupos nômades, um feito inédito na gestão das cidades brasileiras celebrado nos jornais de grande circulação.

Em 1989, uma comissão de oito ciganos foi recebida pelo político Fernando Gabeira, do Partido Verde. Foram levar suas reivindicações ao candidato às eleições presidenciais, reiterando os termos da carta que fora enviada ao Paço Imperial. Sensibilizado e convencido pelos argumentos bem fundamentados de suas pretensões legítimas, Gabeira prometia fazer gestões junto ao Ministério da Cultura para atender à reivindicação dos ciganos quanto à área interna do Paço Imperial para que, pelo menos uma vez por ano, pudessem realizar ali suas festas. No encontro alardeado pela imprensa, os ativistas pleiteariam ainda uma efeméride para os ciganos, tal como podiam jactar-se outras minorias. Por fim, o *Jornal do Brasil* registrava: “Sabendo que a educação dos ciganos é basicamente oral, ele [Gabeira] afirmou que vai estudar com muito carinho a possibilidade de a Rádio Roquette-Pinto [estatal] vir a ter um programa utilizando até a própria língua cigana (*sic*) para divulgar a cultura desse povo” (JORNAL DO BRASIL, 1989 [s.d.], arquivo pessoal Mío Vacite).

Tudo isso fez dos anos 1980 um *decennium mirabilis* da mobilização e da ação concertada dos ciganos associados em um projeto comum, em torno das reivindicações por reconhecimento, expressando de modo inequívoco que esse *sentimento moral* “não é uma mera cortesia que devemos conceder às pessoas. É

113 A respeito desse evento pioneiro, ver CENTRO DE ESTUDOS CIGANOS, 1987.

uma necessidade humana vital”, nas palavras de Charles Taylor (TAYLOR, 2000, p. 242). A mobilização primeira dos ciganos em pleno processo de redemocratização da sociedade brasileira, após os *anos de chumbo* de uma ditadura militar (1964-1985), acompanhou, portanto, o *mainstream* dos movimentos sociais libertários das duas décadas anteriores, marcadas pela contracultura, pela crítica dos valores e pela ascensão dos governos socialistas na Europa.

A segmentação interna, todavia, neutralizaria por quase vinte anos os primeiros esforços empreendidos por uma geração de notáveis, resultando na própria desmobilização política que acabaria levando à extinção do referido e pioneiro Centro de Estudos Ciganos. Somente a consideração dessa minoria no quadro das *populações tradicionais*, iniciada no governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, reabriria a discussão sobre seu caráter marginal na democracia participativa.¹¹⁴

Ao lado de uma *topografia legendária* (HALBWACHS, 1941) cultivada como parte expressiva das reivindicações de *pertinência ao lugar*, as recentes demandas dos ciganos, no entanto, instauraram uma novidade inesperada: a disputa política com expressão no campo religioso, tal como revela a *análise situacional* aqui esboçada das primeiras celebrações de uma data comemorativa (GLUCKMAN, 1958; VAN VELSEN, 1967). Disputas essas não somente por lugares, símbolos e representações, mas também por assentos em conselhos e recursos públicos controlados pelos ministérios, diante do evasivo argumento do *bem limitado*. As estratégias de criação de um prêmio cultural, ou seja, de uma distinção em honra ao mérito, estimularam a competição acirrada entre os ciganos e o caráter vulnerável de suas relações, exacerbando os faccionalismos.

Epílogo: a última cartada

114 A propósito do debate sobre as implicações das políticas públicas no Brasil dirigidas às *populações tradicionais*, ver as pesquisas de MOTA, 2005; e LOBÃO, 2011.

Em Brasília, as cooptações políticas e manipulações identitárias ainda reservariam aos demais grupos ciganos as surpresas de uma última cartada, às vésperas de uma concorrida campanha eleitoral, em março de 2010. Mirian Stanescon apareceria em grande estilo no cenário político, numa cerimônia oficial de despedida de vários ministros do governo Lula, entre eles a própria ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, almejando candidatar-se à Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores.

Aos jornalistas e autoridades, a cigana fez revelações agradáveis ao auditório sobre o futuro político do país e lançou uma profecia mais do que previsível: a eleição da sucessora apoiada por um presidente com mais de 80% de aprovação popular de seu governo. Ao presentear Lula com a imagem de *Santa Sara Kali*, mais uma vez capturou, de um só golpe, religiosidade e política em seu favor, como noticiaria o jornal *Correio Braziliense*:

“Misticismo Pré-Campanha: Despedida de Dilma teve direito a cigana que previu ascensão das mulheres ao poder

Com uma claque formada por ex-assessores e colegas de governo, a pré-candidata à Presidência da República Dilma Rousseff (PT) se despediu da Casa Civil ontem, durante cerimônia no Palácio do Itamaraty, com discurso emotivo e direito a uma revelação ‘mística’. A previsão partiu de uma senhora que destoava dos engravatados e *tailleurs* próprios da Esplanada dos Ministérios. A cigana Mirian Stanescon, do clã Kalderash, buscou o holofote em meio aos microfones para cravar a volta da ministra ao Palácio do Planalto, dessa vez ao escritório principal, a partir do ano que vem. ‘As previsões apontam para uma grande ascensão feminina no mundo inteiro’, afirmou Mirian. A confiança passada pela cigana foi compartilhada pela própria Dilma e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, autores de discursos de autoexaltação e de críticas à oposição. A cerimônia marcou o início da campanha para

10 ministros que se desincompatibilizaram para concorrer no pleito de outubro” (IUNES, FORECK & RIZZO, 2010).

No dia 31 de outubro de 2010, Dilma Rousseff venceria as eleições, tornando-se a primeira mulher a chegar à presidência do Brasil em 121 anos de República. Ao tomar posse em 1º de janeiro de 2011, anunciou a manutenção da arquitetura ministerial, indicando a continuidade das políticas públicas, de acordo com o compromisso de campanha assumido com os movimentos sociais. Assim, a SEPPPIR e a SEDH foram preservadas das eventualidades no quadro da reforma da máquina administrativa, o que se manteria por mais cinco.¹¹⁵ Os embaraços experienciados pelos ciganos na política federal, no entanto, continuaram, com sua agenda migrando de um ministério para o outro sem avanços consideráveis, com tendências ao esquecimento e ao desaparecimento.

A controvérsia suscitada pela efeméride instituída pelo decreto presidencial de 25 de maio de 2006, se por um lado acenderia o rastilho do conflito, disseminando-o em múltiplos planos, por outro também serviria para estruturar de outro modo os grupos (Cf. SIMMEL, 1983, p. 150-164), opondo-os contrastivamente e favorecendo a proliferação das associações. Associações muitas vezes burocratizadas e vazias, operando com excesso de expressividade e falta de ação concertada.

No cenário político recente, as novas associações dos ciganos no Brasil não encarnam necessariamente uma virtude, mas expressam antes talvez uma fraqueza: a imensa dificuldade, ou mesmo incapacidade, de se meterem de acordo para a consecução de um objetivo comum. O fascínio que exercem pelo cultivo à diferença, entretanto, parece conspirar contra si próprios, reificando as idealizações, de um lado, e interrompendo perigosamente o fluxo da conversação entre os grupos. Isso, por sua vez, acaba favorecendo a competição agonística por

115 A SEPPPIR existiu ao longo de doze anos, de março de 2003 a outubro de 2015, durante os governos Lula e Dilma Rousseff. Em reforma ministerial de 2015, foi criado o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), sob a direção de Nina Lino Gomes, com a fusão de três Secretarias Especiais que eram diretamente ligadas à Presidência da República. Esse Ministério, contudo, foi extinto em 12 de maio de 2016 pelo então presidente interino Michel Temer.

recursos escassos e, com ela, as estratégias de apropriação particularizada da interlocução com o governo. Acresce o fato de que a flutuação e a instabilidade dos quadros ministeriais, com militantes e políticos em busca de oportunidades revezando-se no aparelho de Estado, acentuam o imprevisto e o caráter efêmero e descontínuo das políticas públicas, gerando frustrações que só fazem fragilizar e aumentar a vulnerabilidade dessa minoria.

O caráter inesperado da aparição dos ciganos em cena aberta e no debate público vai obrigar a uma reacomodação das forças políticas, no jogo das identidades e em sua relação com o poder. Trata-se de considerar aqui as minorias étnicas no quadro de problemas desafiadores e instigantes que suscitam a reflexividade e a imaginação sociológica, dando um colorido particular aos paradoxos enfrentados pelos Estados nacionais na contemporaneidade, tal como observa Will Kymlicka na introdução de seu livro *Ciudadania Multicultural*:

“Hoje, a maioria dos países são culturalmente diversos. Segundo estimativas recentes [1995], os 184 estados independentes do mundo contêm mais de 600 grupos de línguas vivas e 5.000 grupos étnicos. (...) Assim, minorias e maiorias se defrontam cada vez mais a respeito de temas como os direitos linguísticos, a autonomia regional, a representação política, o currículo educacional, as reivindicações territoriais, a política de imigração e naturalização, e inclusive acerca de símbolos nacionais, como a escolha do hino nacional e as festividades oficiais. Encontrar respostas moralmente defensáveis e politicamente viáveis às ditas questões constitui o principal desafio que enfrentam as democracias na atualidade” (KYMLICKA, 1996, p. 13).

Em nosso empreendimento de caráter etnográfico sobre uma minoria étnica transnacional, dedicamos nosso esforço analítico para evidenciar sociologicamente, conforme as sugestões de Alain Battégay, “fronteiras da etnicidade como fronteiras urbanas da vida em comum”. Assim, considerando

“a etnicidade um fenômeno ao mesmo tempo organizacional e situacional” (BATTEGAY, 2008, p. 254), procuramos encontrar, na lógica dos espaços praticados, nos rituais e acontecimentos políticos, e mesmo na emergência dos conflitos internos e nas situações de mal-estar, um lugar privilegiado para a compreensão estratégica das formas visíveis de expressão das diferenças.

Referências

ACTON, Thomas; KLÍMOVÁ, Ilona. The International Romani Union: an east European answer to west European questions? Shifts in the focus of World Romani Congress 1971-2000. In: GUY, Will (Ed.). **Between Past and Future: the Roma of Central and Eastern Europe**. Hatfield: University of Hertfordshire Press, 2001, pp. 157-219.

ARAÚJO, Samuel; GUERREIRO, Antonio. O samba cigano: um estudo histórico-etnográfico das práticas de música e dança dos ciganos calom do Rio de Janeiro. In: **Música Popular em América Latina: Actas del II Congreso Latinoamericano IASPM**. Santiago: IASPM, 1999, pp. 233-239.

BASLEZ, Marie-Françoise. **L'Étranger dans la Grèce Antique**. Paris: Les Belles Lettres, 1984. 364 p. (Col. Realia).

BATTEGAY, Alain. Malaise dans la reconnaissance et troubles de considération: le cas de l'ethnicité devenant frontière à domicile en France. In: PAYET, Jean-Paul & BATTEGAY, Alain (Éds.). **La Reconnaissance à l'Épreuve: explorations socio-anthropologiques**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2008, pp. 249-257.

BAUDRILLARD, Jean. **Le Système des Objets**. Paris: Gallimard, 1968. 288 p. (Les Essais; 137)

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008 [1963]. 232 p. (Col. Antropologia Social).

BECKER, Howard S. De que lado estamos? In: BECKER, Howard S. **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977 [1970], pp. 122-136. (Col. Antropologia Social).

BOMFIM, C. **A Dança Cigana**: a construção de uma identidade cigana em um grupo de camadas médias no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS-UFRJ, 2002.

BORDIGONI, Marc. **Les Gitans**. Paris: Le Cavalier Bleu, 2007. 128 p. (Col. Idées Reçues; 134);

BORDIGONI, Marc. Le “pèlerinage des Gitans”, entre foi, tradition et tourisme. **Éthnologie Française**, vol. 32. Paris: PUF, 2002/3, pp. 489-501.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto de 25 de Maio de 2006. Institui o Dia Nacional do Cigano** (Diário Oficial da União, 26/05/2006, Seção 1, p. 4). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10841.htm>. Acesso em: 24/05/2007.

BROMBERGER, Christian (dir.). **Passions Ordinaires**: Football, jardinage, généalogie, concours de dictée... Paris: Hachette, 1998. 544 p. (Col. Pluriel).

CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antonio da Silva; MOTA, Fabio Reis & VEIGA, Felipe Berocan (Orgs). **Arenas Públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói, RJ: EDUFF, 2011. 519 p.

CENTRO DE ESTUDOS CIGANOS. Atcho Live: I Semana de Cultura Cigana da América Latina. **Vozes: Revista de Cultura**, Ano 81, n. 5. Petrópolis, RJ: Vozes, Set/Out.1987, pp. 8-26.

COUTINHO, Elisabete. A Origem. **Empório Cigano**. Disponível em: <<http://www.emporiocigano.com/Origem.php>>. Acesso em 12/01/2011.

DONOVAN, Bill M. Changing perceptions of social deviance: Gypsies in early modern Portugal and Brazil. **Journal of Social History**, v. 26, L. Oxford: Oxford University Press, Fall 1992, pp. 33-53.

DURKHEIM, Émile. **Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse**. 5^{ème}. edition. Paris: PUF, 2003 [1912], 647 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. 1520 p.

GEERTZ, Clifford. **The Interpretation of Cultures**: selected essays. New York: Basic Books, 1973. 476 p.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 [1967], 256 p.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 13^a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005 [1959]. 236 p.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manutenção da identidade deteriorada. 4^a. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988 [1963]. 160 p. (Col. Antropologia Social).

GLUCKMAN, Max. **Analysis of a Social Situation in Modern Zululand**. Manchester: Manchester University Press; Rodes-Lingstone Institute, 1958. 75 p. (The Rodes-Lingstone Papers; 28).

HALBWACHS, Maurice. **La Topographie Légendaire des Évangiles en Terre Sainte**: étude de mémoire collective. Paris: PUF, 1941. 211 p.

HONNETH, Axel. **The Struggle for Recognition**: the moral grammar of social conflicts. Cambridge: MIT Press, 1996. 240 p.

IUNES, Ivan; FOREQUE, Flávia & RIZZO, Alana. Misticismo Pré-Campanha: despedida de Dilma teve direito a cigana que previu ascensão das mulheres ao poder. **Correio Braziliense**, Brasília, 01/04/2010, Política. Disponível em:

<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2010/04/01/interna_politica,183290/index.shtml>. Acesso em 01/04/2010.

KYMLICKA, Will. **Ciudadanía Multicultural**: una teoría liberal de los derechos de las minorías. Barcelona; Buenos Aires: Paidós, 1996 [1995]. 304 p.

LOBÃO, Ronaldo. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo**: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. Niterói, RJ: EDUFF, 2011. 343 p. (Col. Antropologia e Ciência Política; 48).

MELLO, Marco Antonio da Silva; SOUZA, Mirian Alves de. Meirinhos aristocráticos. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 2, n. 14. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Nov/2006, pp.29-32.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VEIGA, Felipe Berocan; COUTO, Patrícia de Araújo Brandão; SOUZA, Mirian Alves de. Les Gitans de Cidade Nova et l'Appareil Judiciaire de Rio de Janeiro: du négoce interprovincial des esclaves au négoce des frais de justice. **Études Tsiganes**, v. 21, n. 1. Paris: FNASAT, 2005, pp. 12-33.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VEIGA, Felipe Berocan; COUTO, Patrícia de Araújo Brandão; SOUZA, Mirian Alves de. Os ciganos do Catumbi: de “andadores do Rei” e comerciantes de escravos a oficiais de justiça na cidade do Rio de Janeiro. **Cidades: comunidades e territórios**, n. 18. Lisboa: CET-ISCTE, Jun/2009, pp. 79-92.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno; BARROS, José Flávio Pessoa de. **A Galinha d'Angola**: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira. Rio de Janeiro: EDUFF; FLACSO; Pallas, 1993. 204 p.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno; BARROS, José Flávio Pessoa de. A moeda dos orixás. **Religião e Sociedade**, v. 14, n. 2. Rio de Janeiro: ISER, Mar/1987, pp. 4-17.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira et al. **Quando a Rua Vira Casa**: A apropriação de espaços de uso

coletivo em um centro de bairro. 2ª. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBAM; FINEP, 1981. 152 p.

MOONEN, Frans. Políticas Ciganas no Brasil (1988-2010). **DHnet**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/1_fmopol%EDticasciganasbrasil.pdf>. Acesso em 02/05/2011.

MOTA, Fabio Reis. O Estado contra o Estado: direito, poder e conflitos no processo de produção da identidade “quilombola” da Marambaia. In: KANT DE LIMA, Roberto (Org.). **Antropologia e Direitos Humanos 3**. Niterói: EDUFF, 2005, p. 133-183.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FUNARTE/ INM/ Divisão de Música Popular, 1983. 110 p. (Col. MPB; 9).

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problematique des lieux. In: NORA, Pierre. **Lieux de Mémoire. La République**, v. 1. Paris: Gallimard, 1984, pp. 7-15.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Racismo, direitos e cidadania. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50. São Paulo: IEA-USP, 2004, pp. 81-93.

PEREIRA, Cristina da Costa. **Povo Cigano**. Rio de Janeiro: Gráfica MEC Editora, 1986. 272 p.

RICOEUR, Paul. **Parcours de la Reconnaissance: trois études**. Paris: Stock, 2004, 396 p.

ROLIM, José Daniel Juarez. Mirian Stanescon e a Entrega do “Prêmio Culturas Ciganas João Torres”. **Associação Brasileira dos Ciganos no Paraná**. Disponível em: <<http://www.wix.com/abracipr1/abracipr1/page-36>>. Acesso em 24/05/2011.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). **Memória para Servir à História do Reino do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1981 [1825]. 336 p.

SIMMEL, Georg. Conflito e estrutura de grupo [1908]. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, pp. 150-164. (Grandes Cientistas Sociais; 34).

SIQUEIRA, Mirian Stanescon Batuli de. **Povo Cigano: o direito em suas mãos**. Rio de Janeiro: Fundação Santa Sara Kali; Brasília: SEPPPIR; SEDH; SID-MinC, 2007. Cartilha. 44 p.

SOUZA, Mirian Alves de. **Os Ciganos Calon do Catumbi: ofício, etnografia e memória urbana**. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Niterói, RJ: PPGA-UFF, 2006.

TAYLOR, Charles. **Argumentos Filosóficos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000 [1995]. 311 p.

TURNER, Victor W. Liminality and Communitas. In: **The Ritual Process: structure and anti-structure**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1977 [1969], pp. 95-130.

TURNER, Victor W. **The Drums of Affliction: a study of religious processes among the Ndembu of Zambia**. Oxford: The Clarendon Press, 1968a. 326 p.

TURNER, Victor W. Mukanda: The politics of non-political ritual. In: SCWARTZ, Marc J. (Ed.) **Local-Level Politics: social and cultural perspectives**. Chicago: Aldine Press, 1968b, pp. 135-150.

VAN VELSEN, Jaap. The extended-case method and situational analysis. In: EPSTEIN, A. L. (Ed.). **The Craft of Social Anthropology**. London: Tavistock, 1967, pp. 129-149.

VASCONCELOS, Ari. Tem cigano no samba. **Piracema: Revista de Arte e Cultura**, n. 1. Rio de Janeiro: Funarte/ MinC, 1993, pp. 105-109.

VEIGA, Felipe Berocan. **“O Ambiente Exige Respeito”**: etnografia urbana e memória social da Gafieira Estudantina. Tese de Doutorado em Antropologia. Niterói: PPGA-UFF, 2011. 438 p.

VIANNA, Hermano. **O Mistério do Samba**. 5^a. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Ed. UFRJ, 2004 [1995]. 193 p. (Col. Antropologia Social).

WEBER, Max. **Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie**. V. II: Hinduismus und Buddhismus. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1978 [1920], 419 p.